



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE LICITAÇÕES

Licitação Nº 004/2008

(Processo Administrativo Nº 169448/2008)

1 – PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na sala de aula nº 03 da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Bloco J – Centro – Rio de Janeiro-RJ., será realizada no dia **7 de agosto de 2008**, a licitação nº **004/2008**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **menor preço por item**, visando à compra de **diversos tipos de material de informática (cartuchos, toners e DVD-R)**, para atender a solicitação da DIMAT-Divisão da Material da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-EMERJ, doravante designada EMERJ, de acordo com o que determinam a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Rotina Administrativa EMERJ Nº 017 de 23 de março de 2007, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - As propostas de preços, bem como os documentos de habilitação, serão **ENTREGUES e PROTOCOLADOS** no SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ, no local supra indicado, em envelopes fechados, distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, **até às 13h15min** da data acima designada, sendo **ABERTOS** às 14h, observado o devido processo legal.

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

I - termo de referência;

II - formulário padronizado de proposta de preços;

III - modelo de declaração de habilitação (papel timbrado);

IV - modelo sugestivo de carta de credenciamento;

V - modelo de declaração (no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte).

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra de diversos tipos de material de informática (cartuchos, toners e DVD-R), conforme especificado no termo de referência (ANEXO I).

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa nº 339030, Programa de Trabalho nº 03620206101422132, do orçamento da EMERJ.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do

Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Praça Quinze de Novembro nº 2 - Térreo - Sala T - 05 - Centro Rio de Janeiro - RJ.

4.1.1 - Para aplicação dos benefícios concedidos pela Lei complementar nº 123/06, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar certidão expedida, conforme o caso, pela Junta Comercial de seu domicílio (art 3º da LC.123/06 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, que demonstre esta condição.

4.1.1.1 - A certidão deverá ser apresentada fora dos envelopes de habilitação e proposta, no mesmo momento de sua entrega.

4.1.1.2 - A entrega da certidão não afastará, por parte da Administração, a possibilidade de diligenciamento à junta Comercial para verificação da condição atual de microempresa e empresa de pequeno porte.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - No dia, hora e local designados para a sessão pública, o licitante poderá ser representado por procurador ou preposto, mediante apresentação de:

5.1.1 - Cédula de identidade, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ato constitutivo da sociedade empresária que comprove a capacidade do outorgante e procuração, onde deverão constar PODERES EXPRESSOS PARA A FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS EM LANCES VERBAIS, PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, BEM COMO PARA OS DEMAIS ATOS INERENTES AO CERTAME, conforme modelo sugestivo (Anexo IV) e

5.1.2 – Declaração de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06 (Anexo V), no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.2 - Cada credenciado poderá representar um único licitante.

5.3 – **Deverão ser entregues fora dos envelopes** de HABILITAÇÃO E PROPOSTA:

- a) o credenciamento (Anexo IV) e;
- b) a declaração de habilitação (Anexo III).

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta que o licitante preencherá em duas vias e inserirá no respectivo envelope. Este, fechado, deverá enunciar, externamente, o nome **ENVELOPE-PROPOSTA**, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

6.2 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

- a) dados cadastrais;
- b) assinatura do representante legal;
- c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
- d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos habilitatórios;
- e) indicação do número da conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A e agência, para os licitantes estabelecidos neste Estado, ou no BANCO DO BRASIL S/A, para aqueles localizados em outro ente da Federação, caso o licitante já os possua, ressalvando que, em caso negativo, se vencedor do certame, providenciará a abertura de conta-corrente, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação da homologação, nas condições indispensáveis à emissão de nota de empenho, em

qualquer caso, a conta bancária deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;
f) indicação do nome, profissão, estado civil, nº da identidade e CPF de seu representante, com poderes para receber o instrumento equivalente / firmar o termo de contrato referido no item 10 deste edital;

6.3 - O Pregoeiro aceitará que a proposta venha lançada em papel timbrado do concorrente, desde que reproduza o conteúdo do formulário do Anexo II.

6.4 - Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.5 - A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.6 - A proposta deverá conter indicação expressa da marca dos materiais que cotar.

6.7 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para fins de habilitação no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos, **devidamente autenticados**:

a) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitida pelos órgãos arrecadadores;

a.1) certidão de regularidade com a Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado, para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos de mais Estados onde haja tal vinculação;

b) certidões negativas de débitos relativos à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), admitida comprovação também por meio de "certidão positiva com efeito de negativa" diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial - Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede;

d) declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do inciso V, artigo 27 da Lei federal nº 8666/93, conforme regulamentado pelo Decreto federal nº 4358, de 05 de setembro de 2002.

7.2 - Na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte, se necessário, serão observados os termos do art. 43, § 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

7.3 - O Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – RC/TJ e os documentos ali elencados, desde que estejam em seu prazo de validade, substituem as exigências contidas no subitem 7.1 deste edital, exceto o da alínea "d".

7.4 - Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado no qual se identifiquem, externamente, o nome **ENVELOPE DE HABILITAÇÃO**, o nome do licitante, o número e a data da licitação.

7.5 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ, que em qualquer das hipóteses ficarão

retidos nos autos.

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Iniciada a sessão pública, e encerrado o procedimento de credenciamento, o pregoeiro procederá à abertura do ENVELOPE-PROPOSTA, à verificação de conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.2 - Em seguida, o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço, e desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o pregoeiro classificará as três melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.4 - As propostas escritas serão ordenadas em seqüência crescente dos preços cotados e aceitáveis. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato, para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, com relação ao último preço cotado pelo lançador.

8.7 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará o impedimento do licitante de lançar, fixando-se a sua oferta no último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas, salvo quando a microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso previsto no subitem 8.12.

8.8 - A desistência do lance ofertado sujeitará o desistente às penalidades previstas neste edital.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas com os respectivos lances finais, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente.

8.11 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item observados os prazos máximos para o fornecimento do material, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.11.1 - Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço máximo por item, na fase de lances verbais, cujo valor é o do termo de referência (Anexo I) desclassificando-se as propostas cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexeqüíveis.

8.12 – Será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

8.12.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco)

minutos após o encerramento dos lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto lícitado;

8.12.2 – Não ocorrendo a contratação na forma do subitem 8.12.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.12, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.12.3 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.12, será realizado sorteio para que se identifique aquela que em primeiro lugar apresentará melhor oferta;

8.12.4 – Não havendo vencedor nos termos previstos no subitem 8.12, o pregoeiro passará a examinar a aceitabilidade da proposta originalmente vencedora;

8.12.5 - O disposto no subitem 8.12 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.13 - Aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a formulou, para confirmação das suas condições de habilitação.

8.13.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o pregoeiro declarará o licitante vencedor.

8.13.2 - Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor.

8.13.3 - No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação e apresentação da certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, podendo tal prazo ser prorrogado por idêntico período, a critério da Administração.

8.13.4 - Observados os subitens 8.12, 8.12.1 e 8.12.2, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.13.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

8.13.5 – Nas hipóteses dos subitens 8.12.2 e 8.13.2, o pregoeiro notificará os participantes, com registro em ata, como também via fax, da data, hora e local em que se dará continuidade ao certame.

8.14 - Nas situações previstas nos subitens 8.9, 8.10 e 8.13.2, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente, objetivando obter preço melhor.

8.15 - Declarado o vencedor, o pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer, não havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

9 - DO RECURSO

9.1 - Declarado o vencedor de cada item, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, **desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal**, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, se o desejar, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões no mesmo

prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer na esfera administrativa, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

9.3. - No caso de a Administração vir a convocar para contratar os licitantes remanescentes, o pregoeiro retomará o procedimento em sessão pública, na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de sua classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor e será dado aos licitantes presentes o direito de recorrer apenas quanto à habilitação do novo vencedor.

10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, conforme subitem 10.2 do edital.

10.2 – O adjudicatário receberá do SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ, após publicação da homologação da licitação no Diário Oficial, cópia da NAD e/ou EMPENHO, via fax, **devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento** e/ou comparecer ao SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ para retirá-la, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da confirmação de recebimento do fax;

10.2.1 – O adjudicatário, informará, necessariamente, à DIFIN-Divisão de Finanças da EMERJ, podendo ser via fax - (021) 3133-3378 ou (021) 3133-3379, no prazo de 24 horas, contado da adjudicação a agência e o número de sua conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A., caso já os possua, e em caso negativo, providenciará a abertura da referida conta de acordo com o estipulado no subitem 6.2 "e".

10.3 – O fato de o adjudicatário, convocado no prazo de eficácia de sua proposta, não atender ao descrito no subitem 10.2, independentemente de sujeitá-lo às sanções do art. 7º da lei federal nº 10.520/2002, autoriza o pregoeiro a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.4 – O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes, até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

10.5 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão à DIMAT-Divisão de Material da EMERJ, a qual o contratado deverá apresentar-se imediatamente ao fiscal após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

10.6 – Além do que consta no termo de referência (Anexo I), a Administração poderá obrigar o contratado a, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.7 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

10.8 – O prazo do contrato abrange a entrega única dos materiais que é de até 15 (quinze) dias úteis contados da confirmação do recebimento da NAD e/ ou EMPENHO, sem interrupção e prorrogável na

forma do art. 57, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93

10.9 – A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no termo de referência.

10.10 – A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº. 8.666/93.

10.11 – O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.12 – O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - O material deverá ser entregue, **na Divisão de Material da EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga nº 115 - 4º andar - Bloco J - Centro - Rio de Janeiro - RJ, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da confirmação do recebimento da NAD e/ou EMPENHO.** .

11.2 - O contratado deverá avisar sobre a data de entrega do **material** com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, pelos telefones **(0xx21) 3133-3401 ou (0xx21) 3133-3216.**

11.2.1 - É de inteira responsabilidade do contratado, no momento da entrega, o descarregamento da mercadoria no local determinado **pela DIMAT-Divisão de Material da EMERJ**, consoante agendamento pelos telefones indicados no subitem 11.2.

11.3 - O material será objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.4 - O material será objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.5 - O contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o recebimento previsto no subitem 11.3 não importará sua aceitação.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 - O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e no termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

12.2 - Ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;
- b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226);
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade estabelecida na letra “b” do subitem 12.2 poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha o contratado em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s), desde que cumprida a obrigação a que se referir a fatura/nota fiscal emitida pelo(s) estabelecimento(s) contratado(s), será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de entrega da Nota Fiscal, mediante crédito em conta no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A (conforme o disposto no subitem 6.2 “e”). A fatura/nota fiscal deverá ser atestada e visada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

13.2 – Caso se faça necessária a retificação da fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da fatura, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1.

13.5 - Ocorrendo antecipação do pagamento, sempre em correspondência à antecipação da execução, o respectivo desconto, seja a requerimento do contratado ou no interesse da Administração, será calculado aplicando-se o índice de 0,1% (um décimo por cento) por dia de antecipação.

13.6 – Ocorrendo atraso na execução, por culpa do contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente da notificação ou interpelação.

13.7 – Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, os comprovantes de recolhimentos ao INSS e ao FGTS, relativos à atividade objeto do contrato.

14 - DAS INFORMAÇÕES

14.1 – O SELIC–Serviço de Licitações da EMERJ prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h30 min, na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ., pelos telefaxes (21) 3133-3381 ou (21) 3133-1891.

14.2 - Os editais estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico www.emerj.rj.gov.br.

14.3 - Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito, em até 02 (dois) dias úteis anteriores a data de abertura da sessão pública (subitem 1.1 deste edital) e serão respondidos da mesma forma, com cópia para todos os interessados.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal nº 8.666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - Impugnações e/ou pedidos de esclarecimento referentes a este edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro, encaminhados e protocolados no SELIC-Serviço de Licitações da EMERJ, à Avenida Erasmo Braga, 115, bloco J, Centro, nesta cidade, até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste edital.

15.4 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei federal nº 8.666/93.

15.5 - Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte III, Seção I, Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, **24 de julho de 2008.**

Maria de Fátima Pinto Santos
Diretora do Departamento de Administração
Matr.:10/90815

Aprovo o Edital.
24 de julho de 2008

Rosana Rodrigues Almeida
Pregoeira